



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4665 - Cx. Postal, 13
CEP 86985 - SARANDI - PARANÁ

LEI Nº 312/88

Publicado no O DIÁRIO do
Norte do Paraná.

N.º 4.629 em 30/12/88

FUNÇÃOÁRIO

SÚMULA: Institui o Imposto Municipal sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, Estado do Paraná, aprovou e eu, JULIO BIFON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Imposto Municipal sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV, tem como fato gerador a venda a varejo efetuada por estabelecimento que promovam a sua comercialização.

Parágrafo único - Considera-se a varejo, as vendas de qualquer quantidade, efetuadas ao consumidor final.

Art. 2º - O IVV não incide sobre venda a varejo de óleo diesel.

Art. 3º - Para efeito desta Lei, contribuinte do imposto é o estabelecimento comercial ou industrial, constituído ou não, onde exerce sua atividade, em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo dos combustíveis sujeitos ao imposto.

Parágrafo único - Considera-se, também contribuinte, as sociedades civis de fins não econômicos, inclusive as cooperativas, órgãos da administração direta, autarquia ou de empresa pública federal, estadual ou municipal, que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto.

Art. 4º - São sujeitos passivos por substituição, o produtor, o distribuidor e o atacadista, de produtos de combustíveis referentes ao imposto devido pela venda a varejo promovido por contribuinte, por micro-empresa ou por contribuinte isento.

Art. 5º - São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do IVV:

I - o transportador do produto sujeito ao imposto, comercializado a varejo, durante o transporte;

II - o armazém ou depósito que mantenha sob sua guarda, produtos destinados a venda direta ao consumidor final.

Art. 6º - A base de cálculo do imposto é o valor de venda do combustível líquido ou gasoso no varejo ao consumidor final.

Art. 7º - A autoridade fiscal poderá arbitrar a base de cálculo, sempre que:

I - não forem exibidos ao fisco os elementos necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive nos casos de perda, extravio ou atraso, na escrituração de livros ou documentos fiscais;

II - houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor real das operações de venda;

III - estiver ocorrendo venda ambulante, a varejo, de produtos desacompanhados de documentos fiscais.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4665 - Cx. Postal, 13
CEP 86985 - SARANDI - PARANÁ

-Fl.02-

Art. 8º - As alíquotas do imposto são:

I	- gasolina.....	3%
II	- querosene iluminante.....	3%
III	- álcool hidratado.....	3%
IV	- óleos combustíveis.....	3%
V	- gás liquefeito de petróleo..	2%
VI	- gás natural (encanado).....	2%
VII	- gasolina de aviação.....	3%
VIII	- querosene de aviação.....	3%
IX	- demais.....	3%

Art. 9º - O valor do imposto a recolher será apurado mensalmente, e pago através de guia preenchida pelo contribuinte em modelo aprovado pelo Órgão Fazendário do Município, na forma e no prazo previsto em regulamento.

Parágrafo único - O regulamento disciplinará os casos de recolhimentos por contribuintes ou responsáveis não inscritos, bem como os casos de sujeitos passivos de substituição.

Art. 10 - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênio com o Estado, Município e o CNP, objetivando normas e procedimentos de cobrança e fiscalização do tributo.

Parágrafo único - O convênio poderá disciplinar a substituição tributária em caso de substituto sediado em outro município.

Art. 11 - O crédito tributário não liquidado nas épocas próprias, fica sujeito a atualização monetária do seu valor.

Parágrafo único - As multas devidas serão aplicadas sobre o valor do imposto corrigido.

Art. 12 - O descumprimento das obrigações tributárias sujeitará o infrator, sem prejuízo da exigência do imposto, às seguintes penalidades:

I - para recolhimento espontâneo até 30 (trinta) dias, 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor corrigido do imposto;

II - recolhimento por ação fiscal, de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, multa de 30% (trinta por cento) do imposto não pago;

III - recolhimento após o prazo regulamentar, após 60 (sessenta) dias, multa de 50% (cinquenta por cento);

IV - deixar de reter na fonte o imposto devido na condição de contribuinte substituto, multa de 60% (sessenta por cento);

V - deixar de recolher o imposto devido na fonte como contribuinte substituto, multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto;

VI - recolhimento de impostos após os procedimentos fiscais:

a) falta de emissão de documento fiscal em operação não-escriturada, multa de 100% (cem por cento);

b) emitir documento fiscal consignando im



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

PAÇO MUNICIPAL

Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4665 - Cx. Postal, 13
CEP 86985 - SARANDI - PARANÁ

-Fl.03-

portância diversa do valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar, multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto;

c) deixar de emitir documento fiscal, estando a operação devidamente registrada, multa de 100% (cem por cento) do valor do valor do imposto;

d) transportar, receber, manter em estoque ou depósito, produto sujeito ao imposto, sem documentação fiscal ou acompanhado de documento fiscal inidôneo, multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 13 - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, especialmente quanto à forma de lançamento, à documentação fiscal e às condições de pagamento dos tributos.

Art. 14 - Aplicam-se, no que couber, os princípios, normas e demais disposições do Código Tributário Municipal relativos à Administração Tributária.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de dezembro de 1988.


- JULIO BIFON -

Prefeito Municipal



Súmula - Institui o Imposto sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV - e dá outras providências.

Aprovada em última discussão e aprovação neste Legislativo em data de 22/dezembro/1988 - enviada ao Poder Executivo e Sancionada na mesma data. Publicada no O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ - Órgão Oficial do Município em 30/dezembro/1988 - Sexta-Feira - Edição nº 4679-.*-.*-.*-.*-.*-.*-

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
PAÇO MUNICIPAL
 Avenida Londrina, 523 - Fone 22-4685 - Cx. Postal 13
 CEP 88985 - SARANDI - PARANÁ

LEI Nº 312/88

SÚMULA: Institui o Imposto Municipal sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV - e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, JULIO WIFON, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Imposto Municipal sobre Vendas de Combustíveis Líquidos e Gasosos a Varejo - IVV, tem como fato gerador a venda de varejo efetuada por estabelecimento que circunscreva a sua competência.

Parágrafo Único - Considera-se a varejo, as vendas de quaisquer quantidades, efetuadas ao consumidor final.

Art. 2º - O IVV não incide sobre vendas a varejo de diesel.

Art. 3º - Para efeito desta Lei, compreende-se o IVV, o estabelecimento comercial ou industrial, constituído ou não, de exercer sua atividade, em caráter permanente ou temporário, de comercialização a varejo dos combustíveis sujeitos ao imposto.

Parágrafo Único - Considera-se, também, contribuinte, as sociedades civis de fins não econômicos, inclusive as cooperativas, órgãos da administração direta, autarquia ou de empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que venda a varejo produtos sujeitos ao imposto.

Art. 4º - São sujeitos passíveis por substituição, o produtor, o distribuidor e o atacadista, de produtos de combustíveis, perante ao imposto devido pela venda a varejo promovida por contribuinte, por micro-empresa ou por contribuinte isento.

Art. 5º - São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do IVV:

- I - o transportador do produto sujeito ao imposto, comercializado a varejo, durante o transporte;
- II - o vendedor ou depositário que mantenha sob sua guarda, produtos destinados a venda direta ao consumidor final;

Art. 6º - A base de cálculo do imposto é o valor de venda de combustíveis líquido ou gasoso ao varejo ao consumidor final.

Art. 7º - A autoridade fiscal poderá emitir, a base de cálculo, sempre que:

- I - não forem exibidos ao fisco os elementos necessários à comprovação do valor das vendas, inclusive por meio de perda, extravio ou extravio, na escrituração de livros ou outros documentos fiscais;
- II - houver fundado suspeita de que os dados fiscais não refletem o valor real das operações de vendas;
- III - estiver ocorrendo venda ambulante, a venda, de produtos não acondicionados de dentro dos fiscais;

Art. 8º - As alíquotas do imposto são:

I - gasolina.....	3%
II - querosene iluminante.....	3%
III - álcool hidratado.....	3%
IV - gases combustíveis.....	3%
V - gás liquefeito de petróleo.....	2%
VI - gás natural (encanado).....	2%
VII - gasolina de aviação.....	3%
VIII - querosene de aviação.....	3%
IX - demais.....	3%

Art. 9º - O valor do imposto a recolher será apurado e somente, a pagar através da guia contribuinte em modelo aprovado pelo órgão fazendário do Município, na forma e no prazo previsto em regulamento.

Parágrafo Único - O regulamento disciplinará os casos de recolhimentos por contribuintes ou responsáveis não inscritos, bem como os casos de sujeitos passíveis de substituição.

Art. 10º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênio com o Estado, Município e o CNP, objetivando normas e procedimentos de cobrança e fiscalização do tributo.

Parágrafo Único - O convênio poderá disciplinar a substituição tributária em caso de substituto vendido em outro município.

Art. 11º - O crédito tributário não liquidado na época própria, fica sujeito a atualização monetária do seu valor.

Parágrafo Único - As multas devidas serão aplicadas ao valor do imposto corrigido.

Art. 12º - O descumprimento das obrigações tributárias, sujeitará o infrator, sem prejuízo da exigência do imposto, as seguintes penalidades:

- I - para recolhimento espontâneo até 30 (trinta) dias, 20% (vinte por cento) de multa sobre o valor corrigido do imposto;
- II - recolhimento por ação fiscal, de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, multa de 30% (trinta por cento) do imposto não pago;
- III - recolhimento após o prazo regulamentar após 60 (sessenta) dias, multa de 50% (cinquenta por cento);
- IV - deixar de reter na fonte o imposto devido na condição de contribuinte substituto, multa de 60% (sessenta por cento);
- V - deixar de recolher o imposto devido na fonte como contribuinte substituto, multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto;
- VI - recolhimento de impostos após os prazos fiscais:
 - a) falta de emissão de documento fiscal em operação não-escriturada, multa de 100% (cem por cento);
 - b) emitir documento fiscal com valor declarado inferior ao valor da operação ou com valores diferentes nas respectivas vias, com objetivo de reduzir o valor do imposto a pagar, multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto;
 - c) deixar de emitir documento fiscal, quando a operação devidamente registrada, multa de 100% (cem por cento) do valor do valor do imposto;
 - d) transportar, receber, manter em depósito ou depositar, produto sujeito ao imposto, sem documentação fiscal iniciada, multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 13º - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, especialmente quanto a forma de lançamento, e documentação fiscal e as condições de pagamento dos tributos.

Art. 14º - Aplicam-se, no que couber, os princípios, normas e demais disposições do Código Tributário Municipal relativos Administração Tributária.

Art. 15º - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 16º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 22 de dezembro de 1988.

[Assinatura]
 - JULIO WIFON -
 Prefeito Municipal